

Torres depõe em ação que implica Bolsonaro

Ao corregedor-geral eleitoral, ex-ministro classifica minuta golpista de "lixo" e reitera desconhecer autoria do documento. A oitiva dele, na condição de testemunha, faz parte de processo que pode tornar inelegível o ex-presidente

» RENATO SOUZA

O ex-ministro da Justiça Anderson Torres prestou depoimento, ontem, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em uma apuração que pode tornar inelegível o ex-presidente Jair Bolsonaro.

O ex-chefe do Executivo é alvo de uma Investigação Judicial Eleitoral (AJJE), aberta a pedido do PDT. O partido afirma que Bolsonaro cometeu crime ao atacar o sistema eleitoral durante uma reunião com embaixadores, no ano passado, em Brasília. Torres foi ouvido por solicitação do corregedor-geral eleitoral, Benedito Gonçalves. O ministro interrogou o ex-titular da pasta da Justiça sobre a minuta golpista encontrada na casa dele, para anular o resultado da eleição presidencial.

Na oitiva, Torres reiterou que desconhece o autor da minuta e enfatizou que o documento não tinha valor nenhum, seria descartada, por ser "lixo".

A declaração vai na contramão do que sustenta a Procuradoria-Geral da República (PGR). De acordo com o órgão, a minuta estava bem guardada, em uma pasta oficial do governo, e, portanto, não parecia que seria descartada.

De acordo com informações apuradas pelo **Correio**, o ex-ministro falou por uma hora e meia, na condição de testemunha, e respondeu a todas as perguntas de Benedito Gonçalves. Ele negou que tenha participado ou recebido proposta para dar um golpe de Estado.

Encontrada pela Polícia Federal, a minuta de decreto presidencial previa a instauração de estado de defesa na sede do TSE e poderia, de acordo com o texto, levar à prisão de magistrados eleitorais. A ação descrita no documento, que não estava assinado, era completamente ilegal. O decreto entraria



Torres e Bolsonaro, em foto de 2021: ex-ministro da Justiça nega que tenha participado ou recebido proposta para dar um golpe de Estado

Depoimento na PF

O ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do DF Anderson Torres já havia sido ouvido por 10 horas pela Polícia Federal (PF) no inquérito sobre os protestos violentos na Praça dos Três Poderes.

em vigor dias após as eleições, de acordo com informações de fontes ligadas às investigações.

O depoimento de Torres ocorreu por videoconferência. Ele está preso em um batalhão da Polícia Militar no Guará, por

determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). É suspeito de ter facilitado o atentado contra a sede dos Três Poderes, na Esplanada dos Ministérios, em 8 de janeiro.

Na época, Torres era secretário de Segurança Pública do DF. Quando ocorreram os ataques, ele estava em viagem aos Estados Unidos.

Na próxima semana, a defesa do ex-ministro deve solicitar que o cliente responda ao processo em liberdade. O entendimento dos advogados é de que ele se enquadra em situação parecida com a do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha,

que, na quarta-feira, foi autorizado por Moraes a retornar ao cargo, após mais de dois meses de afastamento. Ibaneis voltou ao posto ontem (leia reportagem na página 15).

Embaixadores

Na reunião com embaixadores que é alvo da investigação do TSE, Bolsonaro usou informações publicadas nas redes sociais ou em reportagens antigas para tentar convencer os representantes internacionais de que não seria possível garantir que o resultado das eleições seria conhecido sem irregularidades.

Por causa do teor do encontro com embaixadores, Bolsonaro foi multado por Moraes — também presidente do TSE — em R\$ 20 mil, por propaganda irregular antecipada. O ex-chefe do Executivo entrou com recurso, sob o argumento de que a medida desrespeita a liberdade de expressão. Na última terça-feira, o magistrado negou reverter a condenação.

A deslegitimação do sistema, a partir da construção de fatos falsos, forjados para conferirem estímulos artificiais de endosso a opiniões pessoais, é comportamento que já não se insere no legítimo direito à opinião, dúvida, crítica e expressão,

» Entreve a CPI e CPMI no Congresso

No Congresso, a oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e partidos considerados independentes do governo investem na abertura de uma CPI e de uma CPMI (formada por deputados e senadores) para investigar os atos antidemocráticos de 8 de janeiro. O entreve ocorre nos requerimentos. Como a legislatura mudou e alguns parlamentares não foram reeleitos, é necessário que novas assinaturas sejam colhidas para que o documento seja oficializado. São necessários 27 signatários para a CPI e 171 para CPMI. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que chegou a ser questionado pelo STF sobre as razões pelas quais ainda não determinou a abertura da CPI, se comprometeu a ler os requerimentos em plenário, caso sejam obtidas novas assinaturas. Após as leituras, as comissões poderão ser instaladas. (Kety Hekaly)

descambando para a manipulação desinformativa, via deturpação fática, em grave comprometimento da liberdade de informação, e com aptidão para corromper a própria legitimidade da disputa em si", enfatizou Moraes. Semanas antes da realização do pleito, Bolsonaro questionou a segurança das urnas, colocou em dúvida a integridade do sistema e, sem provas, indicou que as eleições no Brasil poderiam ser alvo de fraude.

Torres era ministro da Justiça na época e chegou a aparecer em uma live de Bolsonaro em que ele questionava a segurança do sistema de votação.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 2